



ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR (ETP)

1. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

1.1 O Município de Coromandel/MG é responsável pelo fornecimento de medicamentos e insumos integrantes do Componente Básico da Assistência Farmacêutica, destinados aos usuários atendidos na Farmácia Básica Municipal, bem como ao consumo no Pronto Socorro Municipal Dr. Sebastião Machado.

1.2 Nos termos do Decreto Municipal nº 593, de novembro de 2024, o Município figura como participante das Atas de Registro de Preços do Estado de Minas Gerais, possibilitando a aquisição de bens e insumos por meio de adesão às atas estaduais.

1.3 A aquisição dos medicamentos tem por finalidade atender à demanda contínua da população, especialmente dos pacientes em uso de medicamentos de forma contínua, assegurando o fornecimento adequado e tempestivo, bem como a continuidade e a efetividade dos tratamentos de saúde.

2. DEMONSTRAÇÃO DA PREVISÃO DA CONTRAÇÃO NO PLANO DE CONTRAÇÕES ANUAL - PCA

2.1 A contratação pretendida está contemplada no Plano de Contratações Anual do presente ano sob o registro de nº 012-00876-2026, estando prevista para o dia 15/05/2026.

3. ESTIMATIVA DA QUANTIDADE A SEREM CONTRATADAS

A estimativa das quantidades a serem contratadas encontra-se detalhada em documento anexo, conforme programação emitida pelo Sistema Integrado de Gerenciamento da Assistência Farmacêutica (SIGAF), referente ao Planejamento nº 047936/2026.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1. Todos os itens deverão atender integralmente às especificações estabelecidas.

4.2. Os medicamentos a serem adquiridos deverão atender integralmente às especificações técnicas constantes na ARPE, garantindo qualidade, segurança e eficácia, em conformidade com as normas da Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA.



- 4.3. Todos os itens fornecidos devem ser novos, de primeiro uso e em perfeito estado de conservação, devendo ser substituídos, sem ônus adicional para o Município, em caso de defeitos ou não conformidade com as especificações contratadas.
- 4.4. Os itens deverão ser entregues em perfeitas condições de uso, com embalagem íntegra, identificação adequada e dentro dos padrões sanitários exigidos, podendo ser recusados aqueles que não atenderem às especificações estabelecidas.
- 4.5. Os produtos deverão possuir registro válido na ANVISA, quando exigido, além de prazo de validade compatível com o consumo estimado, de forma a evitar perdas e garantir o adequado armazenamento e utilização.
- 4.6. Os produtos deverão ter, no mínimo, 50% de sua data de validade restante, considerando como referência a data da efetiva entrega.
- 4.7. A empresa deve comprovar capacidade logística para atender às demandas com pontualidade, realizando entregas conforme os prazos e cronogramas estipulados pelo Município.
- 4.8. Deverá ser oferecido serviço de logística que inclua transporte seguro e armazenamento adequado, considerando requisitos de refrigeração ou conservação específica, quando necessário.
- 4.9. A entrega dos medicamentos deverá ocorrer conforme cronograma e demanda da Secretaria Municipal de Saúde, em local previamente indicado, sendo que os custos com transporte, carga e descarga serão de responsabilidade do fornecedor.
- 4.10. O fornecimento deverá ser contínuo e regular durante a vigência, de modo a não comprometer o atendimento aos usuários do sistema de saúde.
- 4.11. Os fornecedores deverão estar devidamente regularizados, apresentando toda a documentação de habilitação jurídica, fiscal, trabalhista e econômico-financeira exigida, bem como comprovar autorização de funcionamento junto aos órgãos competentes, quando aplicável.

5. LEVANTAMENTO DE MERCADO

5.1 Na análise para fornecimento de medicamentos para o Município, é imprescindível considerar as alternativas disponíveis, justificando a escolha com base em critérios técnicos, econômicos e de eficiência administrativa.

5.2 Registro de Preços no próprio Município: Embora permita aquisições parceladas conforme a necessidade, essa alternativa demanda tempo para estruturação e condução do certame, além de



custos administrativos adicionais. Ademais, em razão do menor volume de aquisição, o Município tende a obter condições menos vantajosas em comparação a processos realizados em maior escala, o que pode impactar negativamente a economicidade da contratação.

5.3 Adesão à Ata de Registro de Preços Estadual: A adesão à Ata de Registro de Preços Estadual mostra-se medida altamente vantajosa, considerando que os preços registrados decorrem de processo licitatório realizado pela Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais, com ampla escala de contratação, o que proporciona maior poder de negociação e consequente valores mais competitivos.

5.4 Com base na análise comparativa das alternativas avaliadas, verificou-se que a participação do Município em processo licitatório conduzido por outro ente público revela-se vantajosa sob os aspectos econômico, administrativo e operacional, na medida em que possibilita a racionalização de recursos e a otimização dos procedimentos de contratação.

5.5 Ressalta-se que a utilização da referida Ata de Registro de Preços propicia significativa redução no tempo necessário à formalização da contratação, conferindo maior celeridade ao atendimento das demandas da saúde pública, além de mitigar custos operacionais inerentes à realização de procedimento licitatório próprio.

5.6 Diante do exposto, conclui-se que a adesão à Ata de Registro de Preços Estadual – ARPE configura-se como a solução mais vantajosa para a Administração Pública Municipal, por conciliar os princípios da economicidade, eficiência, celeridade e segurança jurídica, assegurando o adequado e contínuo atendimento às necessidades da Secretaria Municipal de Saúde.

6. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

6.1 O valor do total estimado da contratação é de R\$ 671.250,63 (seiscentos e setenta e um mil duzentos e cinquenta reais e sessenta e três centavos), correspondente à estimativa preliminar elaborada para fins de planejamento da futura contratação.

7. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COM UM TODO

7.1 A solução proposta consiste na aquisição de medicamentos integrantes do Componente Básico da Assistência Farmacêutica, com o objetivo de atender, de forma contínua, eficiente e adequada, às demandas da Farmácia Básica. O fornecimento deverá ocorrer de maneira parcelada, conforme a necessidade da Administração, por fornecedor devidamente habilitado, em estrita observância às



exigências legais e sanitárias aplicáveis, assegurando a economicidade, a celeridade e a regular manutenção do abastecimento dos serviços de saúde.

7.2 A solução avaliada contempla a participação do Município em procedimento licitatório conduzido por outro ente público, destinado ao registro de preços para o fornecimento dos referidos insumos, possibilitando maior eficiência administrativa, padronização das aquisições e otimização dos recursos públicos, em consonância com os princípios que regem a Administração Pública.

8. JUSTIFICATIVAS PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRAÇÃO

8.1 O parcelamento da contratação é viável tendo em vista que os itens serão adquiridos de acordo com a demanda de uso no decorrer da vigência do contrato, podendo ter fornecedores diferentes.

8.2 O objetivo do parcelamento é melhor aproveitar os recursos disponíveis no mercado e ampliar a competitividade, sendo este técnico e economicamente viável, não representando perda de economia de escala, conforme disposto no art. 40, §2º da Lei nº 14.133/2021.

9. DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS

9.1 A contratação visa assegurar o abastecimento contínuo dos medicamentos do Componente Básico da Assistência Farmacêutica, garantindo o atendimento adequado aos usuários do sistema de saúde. Pretende-se, ainda, obter maior economicidade na aquisição, por meio de preços mais vantajosos, bem como promover celeridade e eficiência administrativa, reduzindo o tempo de contratação e os custos operacionais. Como resultado, busca-se evitar desabastecimentos, assegurar a continuidade dos tratamentos e melhorar a qualidade dos serviços prestados à população.

10. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS PELA ADMINISTRAÇÃO PREVIAMENTE À CELEBRAÇÃO DO CONTRATO

10.1 As providências relacionadas a aquisição já foram tomadas por esta administração. Já foram realizados levantamentos de demanda e incluídas nos quantitativos a serem licitados

11. DA VIGÊNCIA

O prazo de vigência será de 12 meses, podendo ser prorrogado nos termos da Lei nº 14.133/2021, desde que demonstrada a vantajosidade e mantidas as condições da contratação.



ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE COROMANDEL
GESTÃO MUNICIPAL DE SAÚDE

- 15.6 No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores, ou;
- 15.7 Certidão Simplificada, Ou Simplificada Digital da Junta Comercial, com data de emissão máxima de 90 (Noventa) dias, para fins de comprovação da condição de Microempresas (ME), Empresas de Pequeno Porte (EPP);
- 15.8 Prova de Inscrição no CNPJ. O documento deverá ser expedido no máximo 90 (Noventa) dias;
- 15.9 Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, emitida pela Caixa Econômica Federal em vigor;
- 15.10 Prova de regularidade perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), ou Certidão Positiva de Débitos Trabalhistas com os mesmos efeitos da CNDT conforme lei 12.440, de 07 de julho de 2011, em vigor;
- 15.11 Prova de regularidade para com a Fazenda Federal e a Seguridade Social, incluindo os Débitos Previdenciários, mediante apresentação de Certidão Conjunta de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, emitida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil ou pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, certidão negativa ou positiva com efeito negativa, em vigor;
- 15.12 Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede da licitante, mediante apresentação de certidão emitida pela Secretaria competente do Estado, Certidão Negativa ou Positiva com efeito Negativa, em vigor;
- 15.13 Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede da licitante, mediante apresentação de certidão emitida pela Secretaria competente do Município, Certidão Negativa ou Positiva com efeito Negativa, em vigor;
- 15.14 Certidão Negativa de Falência ou Concordata expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica. Caso o documento não declare sua validade somente será aceito documento expedido no máximo 90 (noventa) dias antes;
- 15.15 Documento de identificação dos sócios da empresa com número do CPF e RG;
- 15.16 Não mantém vínculo de natureza técnica, comercial e econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente deste órgão comprador, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em



linha reta, colateral ou por afinidade até o terceiro grau (Art. 14, IV, da Lei Federal nº 14.133/21

15.17 Declaração expressa de que a licitante não emprega trabalhador nas situações previstas no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, assinada por sócio, diretor ou procurador que tenha poderes para tal investidura;

15.18 Declaração de enquadramento de microempresa, empresa de pequeno porte, se for o caso.

16. DESCRIÇÃO DE POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS

16.1 A aquisição de medicamentos pode gerar impactos ambientais ao longo de seu ciclo de vida, abrangendo as etapas de fabricação, armazenamento, transporte, utilização e descarte final dos produtos.

16.2 Na fase de produção, há consumo de recursos naturais, utilização de insumos industriais e geração de emissões atmosféricas. As embalagens, em sua maioria constituídas de materiais plásticos, metálicos ou multicamadas, contribuem para a geração de resíduos sólidos e para o aumento da pegada de carbono. No transporte e armazenamento, o uso de combustíveis fósseis e, em alguns casos, a necessidade de condições específicas de conservação, como controle de temperatura, elevam as emissões de gases de efeito estufa. Ademais, durante o uso, podem ser gerados resíduos de caráter assistencial e hospitalar, e o descarte inadequado ou o vencimento de produtos decorrente de falhas no planejamento de estoques pode ocasionar impactos ambientais adicionais, incluindo a sobrecarga de aterros sanitários.

16.3 Com vistas à mitigação desses impactos, recomenda-se a adoção de critérios de sustentabilidade nos procedimentos de contratação, tais como a priorização de fornecedores que adotem boas práticas ambientais em seus processos produtivos, utilizem embalagens recicláveis ou com menor impacto ambiental e possuam políticas de responsabilidade socioambiental. Também se mostra relevante a implementação de ações de gestão eficiente de estoques, programas de coleta seletiva e, quando aplicável, mecanismos de logística reversa, de forma a reduzir desperdícios, promover o descarte ambientalmente adequado e minimizar os impactos negativos ao meio ambiente, sem prejuízo à qualidade e à segurança dos produtos fornecidos



17. DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE

17.1 Diante das análises realizadas no presente Estudo Técnico Preliminar, conclui-se que a contratação é viável sob os aspectos técnico, econômico e administrativo. A adesão à Ata de Registro de Preços Estadual mostra-se adequada para atender às necessidades da Secretaria Municipal de Saúde, garantindo economicidade, celeridade e eficiência na aquisição dos insumos.

17.2 Assim, declara-se a viabilidade da contratação proposta, considerando que a solução adotada atende plenamente ao interesse público, assegurando o abastecimento contínuo e a adequada prestação dos serviços de saúde à população.

18. DATA E ASSINATURAS

Coromandel, 26/11/2024.

Lilian Suelen Moreira Borges
Secretária Municipal de Saúde
Prefeitura de Coromandel-MG

Lilian Suelen Moreira Borges
Gestora Municipal de Saúde